

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## DO TERRITÓRIO AOS VÍNCULOS : A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS

Ana Stumpf Mitchell

*Boletim Gaúcho de Geografia*, 38: 35-52, maio, 2012.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37337/24116>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2012.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# DO TERRITÓRIO AOS VÍNCULOS: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS<sup>1</sup>

ANA STUMPF MITCHELL<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo é resultante de uma investigação dialogada sobre a construção do conceito de vínculos territoriais, desenvolvido pelo geógrafo Álvaro Luiz Heidrich. Esta construção é apresentada a partir de quatro movimentos de reflexão do autor, em que os conceitos de posse, uso e imaginário integram a compreensão sobre vínculos territoriais. A seguir, discuto o conceito a partir de outras referências e dos próprios diálogos estabelecidos com o autor, num processo investigativo que apontou brechas no raciocínio do próprio autor que auxiliam construtivamente nas eventuais dificuldades conceituais encontradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vínculos territoriais. Território. Álvaro Luiz Heidrich.

ENTRE TERRITOIRE ET LIENS:  
LA CONSTRUCTION DE LA NOTION  
DE LIENS TERRITORIAUX

## RESUMÉ

Cet article est le résultat d'une recherche basée sur le dialogue sur la construction du concept de liens territoriaux, développé par le géographe Álvaro Luiz Heidrich. Cette construction est présentée à partir de quatre mouvements de réflexion de l'auteur, dans lequel les concepts de l'occupation, de l'usage et de l'imaginaire produisent la notion de liens territoriaux. Ci-dessous, je discute le concept avec d'autres références et avec le dialogue avec l'auteur, un processus d'enquête qui a identifié des brèches dans le raisonnement de l'auteur qui aident de manière constructive dans quelque difficultés conceptuelles rencontrées.

**MOTS-CLÉS:** Liens territoriaux. Territoire. Álvaro Luiz Heidrich.

- 
- 1 Texto escrito a partir da minha dissertação de mestrado em Geografia, intitulada "Entre fragmentos e vínculos territoriais: Colônia São Pedro de Alcântara" (2011), orientada pelo Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich.
  - 2 Mestre em Geografia, UFRGS, [brasiliانا@gmail.com](mailto:brasiliانا@gmail.com).

Em um diálogo sobre sua trajetória na reflexão sobre o conceito de vínculos territoriais, o geógrafo Álvaro Heidrich citou quatro movimentos. Esta periodização, no entanto, é apenas uma opção didática, pois é possível encontrar indícios de uma lente teórica dos vínculos territoriais nos mais diferentes trabalhos desenvolvidos pelo autor. O texto que segue é resultado de uma tentativa minha de “pintar um retrato” do principal instrumento analítico, inseparável da trajetória acadêmica de Heidrich, da pesquisa que desenvolvi durante o mestrado em Geografia na UFRGS com orientação do autor referenciado.

O primeiro movimento de reflexão sobre o conceito de vínculos territoriais, segundo Heidrich, foi a pesquisa publicada nos Anais do 8º Encontro de Geógrafos de América Latina, ocorrido em 2001 na capital chilena, intitulada “Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência”<sup>3</sup>. O foco da reflexão estava na relação existente entre o problema da exclusão social e o espaço. A partir do reconhecimento de certa territorialidade da questão, cada território constituiria expressão das integrações das quais participam os grupos sociais. A partir do estudo de quatro exemplos segundo a situação de exclusão ou inclusão social (limites de pobreza; de assentamentos urbanos e economia popular; de acampamento e assentamento rural; de agricultura ecológica), vínculos com o território foram pensados como uma humanização do espaço enquanto condição oposta à natureza: “são vínculos com os quais a humanidade se desnaturaliza, criando o espaço humanizado – o território e as formações sócio-espaciais” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75). Apropriação, valorização e consciência constituiriam fundamentalmente os vínculos territoriais:

Tal qual as amplas referências das integrações sociais, tais vínculos consistem fundamentalmente em três expressões: apropriação, valorização e consciência. A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios em seu duplo sentido de posse e adequação. A valorização do espaço, na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Assim, um reforço dos vínculos territoriais possibilitaria uma inclusão territorial através de ações de apropriação, transformação e consciência do espaço: “Constitui um caminho de construção da desalienação, de partici-

---

3 HEIDRICH; CARVALHO, 2001.

pação consciente na integração política-economia-cultura, de condução da vida. O sujeito social se completa nessas dimensões. Nela, tem a sua existência circunscrita” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.80).

O segundo movimento de reflexão sobre o conceito foi o artigo intitulado “Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social” (HEIDRICH, 2004), cujo objetivo foi o de expressar relações conceituais entre territorialidade estatal e microterritorialidades humanas. Para construir a argumentação, foram enfatizadas as dinâmicas de integração, regionalização ou regionalismo, fragmentação e desterritorialização.

O princípio da territorialidade estaria ligado ao início de uma libertação dos “imperativos originais do espaço”, em que “vivência em grupo, permanência e repetição de trajetos podem ser reconhecidos como uma ponte entre o puro espaço e o território” (HEIDRICH, 2004, p.38). O território, efetivamente, existiria quando apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação caracterizassem uma relação social através do espaço:

É importante reconhecer o princípio da territorialidade como uma possibilidade aberta e pertinente à relação das sociedades com o espaço, quando ocorrer tentativa e a necessidade da apropriação, de conquistar certa exclusividade do uso territorial ou exercer por meio da demarcação o domínio sobre os demais (HEIDRICH, 2004, p.63).

Seis situações territoriais são pensadas, em que a cada uma corresponderia um conjunto específico de vínculos territoriais, traduzidos por diferentes níveis de inclusão: territorialidades locais (comunidades locais não integradas) (HEIDRICH, 2004, p.39); comunidades locais inseridas em territórios não integrados (HEIDRICH, 2004, p.42); territórios integrados (HEIDRICH, 2004, p.43); integrações regionais e internacionais (HEIDRICH, 2004, p.49); integrações globais (HEIDRICH, 2004, p.51); e integração socioespacial fragmentada, composta por distintos âmbitos de coesão social e solidariedade, em um mesmo eixo local (HEIDRICH, 2004, p.52).

Neste artigo, reencontramos os constituintes fundamentais dos vínculos territoriais:

A condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação e ter a consciência disto. Assim, se levarmos em consideração as mais amplas referências das integrações sociais, tais vínculos podem ser apreendidos por expressões como: apropriação, valorização e consciência. [...] os *vínculos territoriais* são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autôcentradas (HEIDRICH, 2004, p.56/63, grifos do autor).

A fragmentação espacial a partir da fragmentação social está presente neste artigo enquanto intensificação da formação de redes ligadas à acessibilidade ao meio técnico-científico-informacional: “Ocorrem rupturas na solidariedade territorial, pois partes da sociedade se ‘descolam’ de seus territórios, desenvolvem vínculos com lugares distantes e assim se afastam dos cotidianos locais” (HEIDRICH, 2004, p.64).

Em Dom Pedro de Alcântara (Rio Grande do Sul/Brasil), município que estudei durante o mestrado em Geografia, encontrei um claro exemplo desta lógica: agricultores com vínculos territoriais ligados à modernidade mantêm redes de solidariedade com agricultores de outros municípios (como Torres, com maior infra-estrutura), enquanto agricultores com vínculos territoriais ligados à agroecologia mantêm redes de solidariedade com vizinhos (MITCHELL, 2011). No primeiro exemplo, “a contiguidade espacial tende a ser substituída por tempos compartilhados” (HEIDRICH, 2004, p.64).

O terceiro movimento de reflexão foi a publicação intitulada “Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza” (HEIDRICH, 2009a). O conceito de vínculos territoriais ganhou destaque e reflexões presentes nos artigos anteriores foram aprofundadas. O artigo discute sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação e vínculos territoriais anteriores. Para tratar de Unidades de Conservação, é utilizada a definição de Robert Sack (1986) de território, através do qual se visa manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações.

A compreensão do território enquanto “território usado”, a partir de Milton Santos, reconecta o conceito ao espaço geográfico. Território é uma lógica de relação que faz parte do espaço geográfico.

O território e a territorialidade consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simples paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente a ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço (HEIDRICH, 2009a, p.274-275).

Espaço, aqui, é compreendido enquanto um híbrido, e não apenas um *local*, um cenário, algo *anterior* ao território<sup>4</sup>.

Ao pensarmos sobre uma lógica territorial moderna, é importante frizarmos que tem mais a ver com uma racionalidade específica do que com uma realidade de condição inescapável, “sem alternativa”. A vida dos homens não ocorre deslocada da vida dos demais seres vivos; é uma relação de poder entre seres humanos e demais seres vivos, e não apenas entre seres humanos. Esta linha de raciocínio é acolhida pela definição de território por Milton Santos:

---

4 Cf. a célebre citação de Claude Raffestin de que “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.142).

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.19, grifos dos autores).

É importante, assim sendo, salientar diferenças entre territorialidades humanas de territorialidades “biológicas”, ligadas ao instinto de sobrevivência enquanto ser natural (aqui entendido em sua integralidade), para elucidar ligações a uma sobrevivência enquanto um ser social específico: “Territorialidade em seres humanos é melhor pensada não como biologicamente motivada, mas sim como socialmente e geograficamente enraizada”<sup>5</sup> (SACK, 1986, p.2). Por isso, territorialidades humanas diferem de acordo com as relações sociais: “A sua utilização depende de quem está influenciando e controlando quem e nos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Territorialidade está intimamente relacionada à forma como pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”<sup>6</sup> (SACK, 1986, p.2). As necessidades criadas em nossa sociedade capitalista cada vez mais se distanciam das necessidades de sobrevivência enquanto seres naturais. Um exemplo é encontrado em Dom Pedro de Alcântara, em que muitos agricultores optaram por converter seus cultivos a técnicas agroflorestais por motivos de saúde (MITCHELL, 2011).

Para elaborar suas reflexões, Heidrich parte de que toda relação é uma relação de poder. O poder não pode ser armazenado, só existe em sua efetivação: “enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (ARENDT, 2005, p.212). Assim, considerado enquanto potencialidade, o poder existe apenas na relação. Na mesma lógica, a territorialidade humana pode ser ativada ou desativada, enquanto entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar pessoas pelo controle de uma área (território) (SACK, 1986, p.1-2;19). Heidrich complementa em seu artigo:

---

5 Tradução livre do original: “Territoriality in humans is best thought of not as biologically motivated, but rather as socially and geographically rooted” (SACK, 1986, p.2).

6 Tradução livre do original: “Its use depends on who is influencing and controlling whom and on the geographical contexts of place, space, and time. Territoriality is intimately related to how people use the land, how they organize themselves in space, and how they give meaning to place” (SACK, 1986, p.2).

Isto quer dizer que o território não é um fato definitivamente conquistado, há condições para seu surgimento que podem ser insatisfatórias a sua manutenção, à permanência. Precisa-se ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e o uso. Ocupação, uso e representação são, por isso, aspectos constituintes da relação de poder que produz o território. Se o limite é um aspecto banal da territorialidade, a objetividade daquilo que se quer delimitado, na extensão dominada é o espaço impregnado de geografia (HEIDRICH, 2009a, p.274).

Um exemplo em Dom Pedro de Alcântara é o de um agricultor que converteu sua lavoura convencional ao sistema agroflorestal pela promessa de autonomia ao ingressar em um grupo de agricultores ecologistas. Ao concluir que o grupo não caracterizava uma cooperativa mas “algo particular”, em que as decisões não seriam tomadas de forma autônoma, sua vontade era a de voltar ao cultivo convencional (MITCHELL, 2011).

O quarto movimento foi a entrevista concedida à Revista Formação, intitulada “Territorialidade humana: memória, representação e consciência” (HEIDRICH, 2007). Na entrevista, Heidrich compartilha sua trajetória na Geografia, desde a escolha pelo curso universitário, a influência de autores em sua formação (dentre estes, destacou Milton Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira) e as pesquisas recentes.

Relata sua pesquisa de mestrado, na qual observa que as cooperativas agrícolas serviram de instrumento para viabilização do crédito em um contexto de criação de vínculos com o mercado internacional. Enquanto Professor da atual UNIJUÍ, trabalhou em um projeto de extensão que visava “[...] criar e consolidar alternativas de produção na agricultura que possibilitassem a permanência dos segmentos rejeitados ou afetados pela modernização” (HEIDRICH, 2007, p.3). Nestes exemplos, é possível observar reflexões sobre vínculos territoriais alternativos à lógica moderna.

Ao trabalhar pensando o espaço mundial e sua organização, especialmente após o ingresso como Professor no Departamento de Geografia/UFRGS, a categoria território ganhou importante relevância em sua trajetória intelectual. A partir de sua Tese de Doutorado<sup>7</sup>, orientada por Antônio Carlos Robert de Moraes, cultura e representações sociais passaram a ser recorrentes em seus estudos:

Hoje, nos meus trabalhos tem sempre um pouco do que vem sendo chamado de Geografia Cultural, das representações, mas também de modo muito presente o instrumento da análise territorial, análise da categoria território, como um jeito de fazer a Geografia, uma forma de pensar a Geografia (HEIDRICH, 2007, p.4).

---

7 Trabalho posteriormente publicado pela Editora da Universidade/UFRGS (HEIDRICH, 2000).

O território é pensado como “[...] produto de uma relação da sociedade com o espaço” (HEIDRICH, 2007, p.4). A territorialização, nesta lógica, é uma transição do humano para o social, transição produtora de espaço, que o configura como território. Destaca a importância do *uso* no estabelecimento de territórios, pois “se alguma matéria do espaço tem utilidade, aquilo tem valor, então tem uso e valorização” (HEIDRICH, 2007, p.5). Destaca também a incompletude de uma relação com o espaço que esteja frágil nas dimensões ocupação (ou posse), uso ou consciência, pois toda relação territorial está sujeita à probabilidade do poder.

Ao abordar as mais diferentes possibilidades do conceito de territorialidade enquanto ferramenta analítica, expressa a relevância da Geografia enquanto campo teórico:

Por isso vejo um momento riquíssimo para a Geografia, para se dar conta da explicação, da pesquisa, do conhecimento, dessas múltiplas territorialidades, num tempo que parece que os territórios se desmancham, que são produzidos múltiplos outros territórios, que a função da técnica permite a invenção de novas espacialidades, nas quais se produzem outras relações com essas espacialidades, portanto, possivelmente outros territórios. Há um caminho teórico muito rico e polêmico, mas há uma empiria significativa para darmos conta de conhecer uma geografia que é desse tempo, que é de agora, uma geografia de transformação mundial, uma geografia de resignificação de territórios locais, de uma geografia cultural de enormes distâncias. Acho que temos um compromisso muito importante (HEIDRICH, 2007, p.5).

Outra questão abordada é a das *fraturas socioespaciais*, que é uma das manifestações da fragmentação socioespacial em que vínculos anteriores são rompidos:

A fratura combinada com a técnica estabelece elos de ligação social na distância e bloqueia os elos de ligação social na proximidade. Vivemos situações que são completamente distintas umas das outras, passa-se ao lado, cumprimenta-se, tem-se uma relação impessoal, de troca, pelo uso da moeda, dos documentos formais, mas não de significações, de simbolismos e de afetividades. Tudo isto diz respeito a uma mesma sociedade, mas no seu cotidiano tem havido muito estranhamento. Há formas geográficas em que isto se apresenta com evidência, como a tendência de se morar em condomínio fechado. São formas segmentadas de realização do cotidiano, do lazer, do consumo, etc.. Vejo isso como um grande problema, porque nos leva para o artificialismo que destrói o que é mais significativo da dimensão humana, que é a relação com o outro. Bom, se isso é o normal, onde e qual é o âmbito que a gente se encontra? Onde se faz o pacto? Onde está a coesão? É no plano universal? Acho que ainda não existem respostas completas, mas um caminho é a compreensão, o outro caminho acho que é a solidariedade. Milton San-



tos nos chamou atenção sobre isso. Hoje ela está rompida, por causa da possibilidade técnica. Se essa solidariedade que conhecemos foi arreben-tada, qual é a possibilidade alternativa? Qual é a relação com o outro? Uma maneira de lidar com isso é estudar, compreender, elaborar a crítica e pensar em formas de sociabilidade, de articulação e de compreensão. Com isso, quero dizer o seguinte: se a técnica e a fratura rompem víncu-los anteriores, como se pode agir para a inclusão social, para permitir que a ocupação, o uso e a representação sejam meios de fortalecer a relação de um com o outro (HEIDRICH, 2007, p.6).

Enquanto construção teórica, Heidrich sustenta que “[...] a natureza do espaço social e a condição da fratura possibilitariam compreender uma única geografia em planos distintos, atravessados e que não possuem coe-são” (HEIDRICH, 2007, p.6-7). Neste sentido, “Trabalhar com mais deta-lhamento as representações, que tem a ver com o estranhamento do social e com a compreensão dos significados em função de realidades culturais dis-tintas” (HEIDRICH, 2007, p.7).

Estudar o conceito de território provocou uma questão crucial: como *desalienação* e *desnaturalização* poderiam estar associadas? Como poderíamos estar mais conscientes de nossa condução da vida ao mesmo tempo em que nos desconectamos de nossa condição enquanto natureza?

A partir da frequência constante do termo “dominação” nos conceitos de território<sup>8</sup>, concluí em determinado momento que lógicas territoriais só poderiam estar associadas a formas de se relacionar espacialmente ligadas à violência. Após conversas com Prof. Heidrich, compreendi que o conceito de território, especialmente relevante por considerar o poder como elemento central, pode provocar incompreensões quando pensamos a partir de uma lógica territorial de pensamento, se assim podemos dizer. Ao invés de auxi-liar na compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, que como vimos é um híbrido, pode reivindicar uma distinção deste conceito. Assim como a territorialidade humana definida por Robert Sack (“[...] uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar”<sup>9</sup>), teorias sobre território podem estabelecer um limite que o distingue conceitualmente do espaço geográfico, comunicar sua distinção através de teorias e reforçar o controle sobre a com-preensão a partir da ausência de informações.

Para Heidrich, no entanto, território não é sinônimo de violência, pois é contraditório: ora segregador, ora acolhedor. A vida humana é uma expe-riência também territorial, em que há marcação e demarcação. Em territo-rialidades ligadas à lógica moderna há uma predominância de demarcação

---

8 Para aprofundar a reflexão sobre os caminhos do conceito de território, consultar HA-ESBAERT, 2004b; SAQUET, 2007; HEIDRICH, 2009b; HEIDRICH & HEIDRICH, 2010.

9 Tradução livre do original: “[...] a human strategy to affect, influence, and control” (SACK, 1986, p.2).

do espaço, enquanto em lógicas ligadas à natureza há maior marcação no espaço. Enquanto seres híbridos, dicotomias não passam de ilusões, ainda que grupos humanos se favoreçam da publicação de dicotomias (entre o *bem* e o *mal*, por exemplo) para manipular informações. Exemplos de lógicas que valorizam a marcação do espaço, ao invés da demarcação, estão cada vez mais presentes. Em Dom Pedro de Alcântara, dois exemplos se destacaram: conheci pessoas que migraram de uma agricultura ligada à Revolução Verde (com alto consumo de agrotóxicos, por ignorarem os riscos à própria saúde e à saúde do espaço cultivado) para sistemas agroflorestais (que consorciavam plantas e insetos nativos no fortalecimento dos cultivos); assim como pessoas que plantam segundo uma agricultura chamada “convencional” com a utilização de agrotóxicos em quantidades adequadas segundo estudos agrônômicos, que embora seu uso os diferencie da natureza, demonstra uma preocupação com a responsabilidade ambiental, ainda que dentro da lógica moderna, que é segregadora (MITCHELL, 2011).

Esta hibridização pode ser encontrada inclusive em afirmações que, a princípio, parecem dicotômicas. O conceito de território no primeiro artigo citado (HEIDRICH; CARVALHO, 2001), por exemplo, estava vinculado a uma compreensão de *domínio humano* (*civilizatório*):

A primeira ação que transforma a condição original em relativa, consiste na apropriação humana das condições naturais da existência. Trata-se, verdadeiramente, da *humanização* do espaço: pela criação do território. Embora esta humanização não elimine a ocorrência absoluta e natural, significa impor um domínio [grifo meu] sobre imperativos como extensividade, contiguidade, coexistência, entre outros (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Esta compreensão estava em consonância com a citação a seguir, retirada do livro “Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho” (HEIDRICH, 2000), originado de sua tese de doutorado:

A invenção do território – *uma demarcação humana* – não elimina a ocorrência absoluta, única e indivisível do espaço, se o considerarmos como a total amplitude das possibilidades de localização de seres e objetos, bem como das possibilidades de relações entre os mesmos. Por outro lado, consiste exatamente na maneira com a qual as civilizações se libertam desta condição de existência. No sentido oposto, a demarcação de territórios tem por fim impor o *domínio humano* (*civilizatório*) sobre a existência em geral, tanto sobre as condições de extensividade, como sobre as de contiguidade e vizinhança, entre outras. [...] Enquanto a constituição de *habitats* consiste na recriação da natureza como espaço humanizado, a constituição de territórios significa a instauração do domínio de uma dada civilização sobre a sua existência material em relação à de suas congêneres (HEIDRICH, 2000, p.24-25;26, grifos do autor).

A compreensão de território, imposição de um domínio de uma dada civilização e demarcação humana aparece associada. Uma distinção entre território e natureza é recorrente, geralmente justificada pela diferenciação entre *dominação*, que é poder sobre *pessoas*, e *domínio*, que é poder sobre o espaço (que tem forma e se expressa como paisagem). No próprio texto, podemos encontrar *brechas* que apontam uma compreensão híbrida.

Uma destas brechas está na apresentação de situações de agricultura ecológica enquanto possibilidades de rupturas com a territorialidade “moderna”, em que “as comunidades de agricultores ecologistas têm, por seu turno, um forte vínculo de consciência territorial, de compreensão de sua existência ligada à natureza e ao sentido da vida” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.79). É possível pensarmos a *desnaturalização* enquanto uma característica de uma territorialidade específica, ligada à lógica moderna, coexistindo outras lógicas territoriais. Outra brecha é a afirmação sobre a tríade dos vínculos com o território (apropriação, valorização e consciência): “Elas seriam expressões das relações do humano com a vida, com a sociedade e com a natureza” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Após três experiências, meu entendimento sobre ideias de Heidrich se ampliou. Ler Erich Fromm (1979)<sup>10</sup>, o aprendizado sobre Shaolin do Norte<sup>11</sup> e o filme Gran Torino (2008)<sup>12</sup> me auxiliaram a compreender diferenças entre lógicas territoriais: aquela baseada na *dominação da natureza* é doente, pois fragmenta-se da natureza. A violência da lógica territorial, assim eu entendo, não atingiria diretamente pessoas em sua generalidade, mas seres desprovidos, pelo imaginário de quem classifica, de humanidade segundo uma territorialidade moderna. Atingiria os seres que fazem parte da “natureza”, os *não-normais*. O projeto moderno era de inclusão, mas através da tentativa de homogeneização, de padronização. A consideração da diferença faz sentido quando relativa ao que é consi-

---

10 Em seu livro “Ter ou Ser?”, Erich Fromm (1979) faz uma distinção conceitual entre dois modos de relação com a existência: o modo Ser de existência significa vitalidade e relacionamento autêntico com o mundo, em contraste com o modo Ter de existência, e se refere à verdadeira natureza, à verdadeira realidade, em contraste com aparências ilusórias.

11 Prática da arte marcial no Centro Sino Brasileiro, Escola Tradicional de Artes Marciais Chinesas que promove o Estilo Shaolin do Norte na sua essência, baseada no estudo da natureza do corpo e de seus movimentos.

12 No filme “Gran Torino”, de Clint Eastwood, um bairro dos subúrbios de Detroit, nos EUA, é ocupado em quase sua totalidade por pessoas de mesma origem asiática. No filme, teoricamente, isso bastaria para que a paz reinasse (posto que seria uma reunião de iguais), mas como a lógica é de uma territorialidade moderna em que é preciso diferenciar-se para identificar-se, quando cessa a existência de inimigos externos, a própria lógica começa a criar inimigos internos (dentro de uma mesma família) para que a lógica permaneça.

derado “normal”. Nesse contexto, são “anormais” os *não-brancos*, *não-heterossexuais*, *não-rationais*, *não-destros*, os portadores de deficiências físicas ou mentais. A modernidade incluiu a diferença tentando padronizá-la, *normalizá-la*, mantendo-a na periferia. Os “anormais” são geralmente escondidos ou “corrigidos”; vide, por exemplo, a grande quantidade de cirurgias plásticas realizadas no Brasil<sup>13</sup>, a localização periférica de hospitais psiquiátricos. O “anormal” é considerado diversidade quando comercializável, portanto valorizado.

O estabelecimento e a manutenção de um território estão diretamente relacionados aos vínculos territoriais de determinada territorialidade. Participar de um território capitalista, por exemplo, pode ser através de relações de poder – para aqueles que compartilham suas territorialidades – ou de violência – para aqueles que têm suas territorialidades corrompidas. O capitalismo é resultado de vínculos territoriais que se utilizam do poder e, quando necessário, da violência para a manutenção territorial. Esta condição por si só não é permanente, mas existem inúmeros mecanismos para convencer parcela da humanidade de sua aparente permanência. Esta permanência se modifica no espaço, em que as rugosidades (SANTOS, 2002) são exemplos, de forma a adaptar a permanência das condições de competição. Traveste-se, assim, de acordo com territorialidades que a contrapõem, como o discurso em torno de questões ambiental, sexual, étnica. Isto sem perdermos de vista que se multiplicam exemplos de seres *não-normais*, que a lógica moderna perde força a cada dia.

Assim como ocorre com a valorização gradativa do conceito de “selvagem” ao de “civilizado”, há em geral a ideia de um gradiente evolutivo entre “espaço” e “território”. Considerar a condição territorial moderna como fato dado e irreversível é ignorar a diversidade da vida, especialmente humana, neste planeta. Apesar do poder da *mundialização* (hegemonia de racionalidades ligadas à ideologia neoliberal) e da abrangência do meio técnico-científico-informacional (expressão geográfica da mundialização – SANTOS, 2002), existem diversas relações territoriais não-capitalistas, como é o caso dos faxinais (TAVARES, 2008). Neste caso, por sua vez, há necessidade de demarcação e comunicação dos limites para assegurar um uso diferente daquele associado à modernidade. Utilizar estratégias territoriais, portanto, não significaria diretamente uma ação violenta, pois, conforme Heidrich expressou verbalmente em uma das orientações, seria uma ignorância não utilizá-las quando a sobrevivência depende delas.

Ao relacionar o primeiro artigo ao segundo, outra questão crucial para a presente pesquisa foi provocada: como *representação* e *desalienação* poderiam

---

13 Segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP, 2010), encomendada ao instituto Datafolha, o país registrou 1.252 cirurgias estéticas por dia entre setembro de 2007 e agosto de 2008.

estar associadas? Para compreendermos territorialidades ligadas à lógica moderna, o conceito de representação é bastante útil. De acordo com Sylvio Gil Filho, “a territorialidade está presente em qualquer representação social cuja intenção seja definir as fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade social” (GIL FILHO, 2003, p.6).

Serge Moscovici afirma que o conhecimento se dá através do universo reificado – exterior à vontade do indivíduo, onde se dão os desenvolvimentos das ciências, da política – e do universo consensual – que dá forma e torna as coisas acessíveis ao indivíduo (MOSCOVICI, 2003). Embora distintos, podem transcorrer de um para o outro e, dessa forma, as representações sociais são criadas quando algo não familiar se torna familiar, através dos conceitos de ancoragem e objetivação.

A ancoragem é um processo que “transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2003, p.61), para facilitar assim a interpretação e compreensão da “nova” realidade. A objetivação, por sua vez, acontece quando o indivíduo compara algo desconhecido com algo conhecido, possibilitando que haja significado para o mesmo.

No domínio da representação, segundo Sandra Pesavento, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto:

Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações) (Castoriadis), processo este que envolve uma dimensão simbólica (PESAVENTO, 1995, p.15).

Carlos Rodrigues Brandão, reconhecendo o papel das representações sociais na formação da identidade de categorias de pessoas tomadas como sujeitos de “grupos ideológicos”, destaca que “[...] não é fácil separar a dimensão individual da construção e do exercício cotidiano da identidade de sua dimensão social. Na verdade, de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas” (BRANDÃO, 1986, p.39).

Brandão faz uma reflexão sobre o processo de inauguração e transformação da pessoa em diferentes sociedades, concluindo que pessoas são “seres coletivos” em sua individualidade. “Pessoa” é uma “ideia”, uma construção cultural, uma categoria ideológica, uma representação social. A pessoa é uma estrutura social e surge da experiência social: “[...] o sujeito transformado em pessoa é, ele mesmo, uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive, [...] um ser representado em si mesmo” (BRANDÃO, 1986, p.15;17).

A identidade é um simulacro criado para auto-proteção diante de uma alteridade que ameaça, voltada para fora, considerando que “[...] um dos elementos mais essenciais para a consolidação da identidade é justamente o jogo dialético entre a semelhança e a diferença” (BRANDÃO, 1986, p.32). Surge a partir da realização da *pessoa* como sinal de conflitos, contrastes e diferenças: “Enquanto, na maioria dos estudos a respeito, a noção de pessoa aparece como um problema interno a uma cultura e aponta para o consenso, a de *identidade* tende a emergir como um problema de relações entre culturas e aponta para o conflito” (BRANDÃO, 1986, p.144, grifos do autor).

Identidades são representações marcadas pelo confronto com o outro (toda relação é uma relação de poder), não apenas por oposição à do outro, mas para opor-se a ela, para *estabelecer a diferença*, “[...] maneiras como nações, povos e tribos elaboram para os seus indivíduos o imaginário que os transforma, afinal, em uma pessoa” (BRANDÃO, 1986, p.143). Há a consciência da continuidade individual no grupo no próprio indivíduo fazendo parte do grupo: “Uma identidade que é *dele*, como uma pessoa, mas que é também, fatalmente, a do grupo, *através dele*” (BRANDÃO, 1986, p.42, grifos do autor).

É importante frizar que esta *não-normalidade* é um conceito presente nas mais diferentes situações. Em Dom Pedro de Alcântara, por exemplo, o *não-normal* pode ser tanto o agricultor ecologista segundo o agricultor convencional, quanto o agricultor convencional segundo o agricultor ecologista. É aquele que segue uma lógica diferente daquele que o julga (MITCHELL, 2011). Brandão questiona uma existência real de identidade, alertando para os limites dos conceitos:

[...] o perigo de se criar categorias que, inicialmente úteis porque é menos fértil pensar sem elas, porque elas tornam transparente aquilo que, sem o seu poder de dizer, permaneceria opaco, na penumbra, acabam se tornando o próprio limite lógico do conhecimento da realidade a que se aplicam. Pior ainda, acabam servindo para dar uma realidade analítica aparente a alguma coisa que não é ‘assim’ na realidade da vida social e simbólica (BRANDÃO, 1986, p.160-161).

Para Brandão (1986), a própria útil noção de identidade não existe mais do que como uma palavra. Não se trata de simplesmente eliminar todos os conceitos e teorias, mas de submeter seus sentidos epistemológicos e valores concretos de suas aplicações a situações de pesquisa e a uma crítica sistemática, pois

[...] sempre entre *eu* e *você*, entre *nós* e o *outro* será preciso compreender e explicar a razão da diferença, seu sentido e as suas transformações. [...] E, como sempre se repete, o que estará em questão, então, não será a realidade vivida onde tudo acontece, mas a própria capacidade que temos, através das palavras que criamos, de explicar de fato, e sempre de modo provisório, o que está acontecendo (BRANDÃO, 1986, p.164).

O cotidiano torna-se, conforme sugerido por Brandão (1986), uma importante categoria de análise cultural. Considerando-se que “[...] quando se trata de uma qualquer cultura de minorias marcadamente étnicas, é em torno à afirmação ativa de tal etnicidade que os principais símbolos e poderes de orientação de tal cultura são estabelecidos e se articulam [...]” e que “[...] uma identidade qualquer só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo, quando eles se vêem ameaçados de perdê-la [...]” (BRANDÃO, 1986, p.154), o estudo do cotidiano evitaria tornarmos a realidade dos processos de identificação, como descrição, em caricaturas. Isso porque as pessoas não estão preocupadas todo o tempo, em seus cotidianos, em estabelecer diferenças e reforçar em sua cultura aquilo que as expresse.

Claude Raffestin afirma que a territorialidade é construída no cotidiano, onde se produzem os vínculos no território associados ao semelhante e à alteridade: “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.161-162). No entanto, “é no lugar que se observa a fragmentação da solidariedade territorial, pois pelo seu eixo o indivíduo ou a comunidade apresentam os vínculos com todas as escalas” (HEIDRICH, 2004, p.57). Dessa forma,

A territorialidade humana como análise de sistemas de relações torna-se para a geografia humana um verdadeiro paradigma que pode permitir encontrar uma conversão entre ciências e cotidianidade, entre prática e conhecimento. É, em todo caso, uma instância referencial na solução dos problemas que implicam o espaço, *lato sensu*, como bem raro<sup>14</sup> (RAFFESTIN, 1988, p.278).

Parte-se, portanto, do cotidiano, pelo que há de mais individual e de mais afetivo, para alcançar o que é sociológico; sem perder de vista que “a individualidade somente se realiza no grupo”, posto que “sozinhos ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade” (SANTOS, 1987, p.78-79). Segundo Agnes Heller (1985), são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que carac-

---

14 Tradução livre do original: “La territorialité humaine en tant qu’analyse de systemes de relations devient pour la géographie humaine un véritable paradigme qui peut permettre de trouver un interface entre sciences et quotidieneté, entre pratique et connaissance. Elle est, en tout cas, une instance référentielle dans la solution des problemes qui impliquent l’espace, *lato sensu*, comme bien rare” (RAFFESTIN, 1988, p.278).



teriza a reprodução dos homens singulares que, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social. Na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente o complexo social (FALCÃO; NETTO, 1987).

Conforme explicitou Heidrich (2007, p.6) em entrevista à Revista Formação, é necessário entender quais são as representações, tanto do lugar quanto do que é externo ao lugar, e como se encaixam num território maior.

No segundo artigo citado, Heidrich nos fornece uma brecha no raciocínio sobre território: os vínculos territoriais dependem de “[...] uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas” (HEIDRICH, 2004, p.63, grifo meu).

Outra brecha está na curiosidade manifesta por entender mecanismos de hegemonia cultural, conforme relatado na entrevista à Revista Formação (HEIDRICH, 2007, p.4), que fortalecem símbolos que são formas de dominação, que o levaram a sua Tese de Doutorado. Ainda nesta entrevista, ao tratar de territorialidades humanas, outra brecha se apresenta: “A concepção disso, de pertencer, o sentimento de estar pertencendo a um espaço (em alguns casos isso se consubstancia em identidade, em outros talvez seja consciência da própria realidade) completa essa relação” (HEIDRICH, 2007, p.5, grifo meu).

Se substituirmos os conceitos de representação/identidade por *imaginário* (ideias já presentes no primeiro artigo<sup>15</sup>), o conceito de vínculos territoriais, sempre híbrido, pode também nos ajudar a pensar territorialidades diferentes daquelas ligadas a lógicas modernas, a uma sociedade específica, qual seja, a capitalista:

O momento é cheio de uma totalidade. Somos alguém envolvido pelas coisas, envolvido pela água, envolvido pelo vento, pelos componentes físicos. O que me prende não é a nomenclatura dos elementos mas o próprio envolvimento. As coisas são assim: encontramos a última palavra, elas se acabam. Quando eu quero me ver livre, expressar tudo que tenho dentro de mim, lanço o quadro e aparece a imagem. Mas a imagem continua sendo um enigma outra vez. Pensamos que tudo apareceu revelado, e de fato revelou-se. Mas também não se revelou: está visível, mas continua o enigma. Eu apenas objetivei em forma o enigma que estava dentro. A interrogação continua. E a resposta não foi dada (CAMARGO, 2009, p.32).

---

15 “A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios em seu duplo sentido de posse e adequação. [...] A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território [...]” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).



Assim, na análise do imaginário ou de um sistema simbólico, necessariamente deve-se levar em consideração as suas condições de produção e reprodução, isto é, os sistemas sociais no qual estão inseridos e sua função social. Não considerando isto, a análise pode assumir uma função ideológica, no mínimo, da neutralidade do intelectual e de suas produções<sup>16</sup>.

A possibilidade de dialogar com o autor do principal referencial teórico da pesquisa que desenvolvi durante o mestrado foi essencial para que o conceito fosse um instrumento analítico vigilante e criativo, além de ter sido estudado e debatido – e coletivamente subvertido.

## REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.
- BRANDÃO, C.R. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. pp.13-50; 143-164.
- CAMARGO, I. Gaveta dos guardados. In: Gaveta dos guardados: Iberê Camargo. Organização e apresentação Augusto Massi. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.29-32.
- FALCÃO, M.C.; NETTO, J.P. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- FROMM, E. Ter ou Ser? Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GIL FILHO, S.F. Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. 2003. Disponível em <<http://www.geografia.ufpr.br/gilfilho/filosofiadageografia/documentos/espacoderepresentacao>>. Acesso em 19 agosto 2009.
- GRAN TORINO. Direção: Clint Eastwood. Intérpretes: Clint Eastwood, Bee Vang, Ahney Her e Christopher Carley. Estados Unidos/Alemanha: Warner Bros. Pictures, 2008. 1 DVD (116min), son., color.
- HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004b. p.87-119.
- HEIDRICH, A.L. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.37-66.

---

16 Cf. BOURDIEU, 1996.

\_\_\_\_\_. Territórios de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C.; HEIDRICH, A. [et al.] (orgs.). Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.21-44.

\_\_\_\_\_. (entrevistado). Territorialidade humana: memória, representação e consciência. In: Revista Formação, nº14, volume 2. 2007. p.01-07.

\_\_\_\_\_. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a. p.271-290.

\_\_\_\_\_. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais; II Seminário Nacional de Múltiplas Territorialidades. Francisco Beltrão: UNIOSTE, 2009b.

HEIDRICH, A.L.; CARVALHO, O.A.de. Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: Anais 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Santiago: Associação de Geógrafos de América Latina, 2001.

HEIDRICH, A.L.; HEIDRICH, B.B. Reflexões sobre o estudo do território. In: BUITONI, M.M.S. (coord.). Geografia: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p.113-136. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 22)

HELLER, A. O Cotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

MITCHELL, A.S. Entre fragmentos e vínculos territoriais: Colônia São Pedro de Alcântara. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PESAVENTO, S.J. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. In: Revista Brasileira de História: Representações. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995. p.9-27.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et alli. Réseaux territoriaux. Caen: Paradigme, 1988. p.263-279.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia do poder.Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SACK, R.D. Human territoriality: its theory and history. Londres: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M.A. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SBCP. Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Disponível em <<http://www2.cirurgioplastica.org.br/>>. Acesso em 25 novembro 2010.

TAVARES, A.S. Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum. 2008. 756f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.